

QUESTÃO 3

Acerca da estruturação dos parágrafos e dos períodos do texto, assinale a opção **incorreta**.

- A Um dos parágrafos é iniciado por um verbo no modo subjuntivo.
- B O primeiro período do segundo parágrafo contém um verbo na voz reflexiva recíproca.
- C No terceiro parágrafo, é apresentada uma proposta para se evitar o perigo anunciado no início desse parágrafo.
- D No último parágrafo, compõem-se enumerações por meio do emprego da vírgula e do ponto-e-vírgula.
- E Todos os parágrafos apresentam linguagem formal e todas as palavras do texto foram empregadas em seu sentido objetivo, literal.

QUESTÃO 4

Assinale a opção em que a substituição da(s) palavra(s) sublinhada(s) pela(s) palavra(s) apresentada(s) entre parênteses provocaria **erro** gramatical ou **alteração** nos sentidos do texto.

- A (l.2-4) “o que parte da palavra para chegar à imagem visual e o que parte da imagem visual para chegar à expressão verbal” (aquele / aquele)
- B (l.23-26) “Hoje, somos bombardeados por uma quantidade de imagens tal, que não conseguimos mais distinguir a experiência direta daquilo que vimos há poucos segundos na televisão” (porque)
- C (l.31-33) “Penso em uma possível pedagogia da imaginação que nos habitue a controlar a própria visão interior sem sufocá-la” (mesma)
- D (l.37-38) “todas as ‘realidades’ e as ‘fantasias’ só podem tomar forma por meio da escrita” (perante)
- E (l.44-45) “encostados uns nos outros como grãos de areia” (por exemplo)

QUESTÃO 5

Assinale a opção em que, na alteração feita em trecho do texto, verifica-se o correto emprego do acento indicativo de crase.

- A A literatura já não mais se refere à autoridade ou tradição que seria sua origem ou seu fim.
- B O poder de provocar imagens *in absentia* continuará à desenvolver-se em uma humanidade cada vez mais inundada pelo dilúvio das imagens pré-fabricadas?
- C A memória viva do indivíduo estava limitada ao patrimônio de suas experiências diretas e à imagens refletidas pela cultura.
- D Penso em uma possível pedagogia da imaginação que nos controle à própria visão interior sem sufocá-la.
- E Seja como for, às realidades e às fantasias tomam forma por meio da escrita.

Texto para as questões de 6 a 10

1 No Brasil, as distâncias abismais entre os diferentes estratos sociais e o caráter intencional do processo formativo da 4
estratificação social condicionaram a camada senhorial para encarar o povo como mera força de trabalho destinada a desgastar-se no 7
esforço produtivo e sem outros direitos senão o de comer enquanto trabalha, para refazer as suas energias produtivas, e o de 7
reproduzir-se para repor a mão-de-obra gasta.

Nem podia ser de outro modo no caso de um patronato que se formou lidando com escravos, tidos como coisas e manipulados 10
com objetivos puramente pecuniários, procurando tirar de cada peça o maior proveito possível. Quando ao escravo sucede o 10
parceiro, depois, o assalariado agrícola, as relações continuam 13
impregnadas dos mesmos valores, que se exprimem na desumanização do trabalho.

Em conseqüência, nas vilas próximas às fazendas, se 16
concentra uma população detritária de velhos desgastados no trabalho e de crianças entregues a seus avós. O grosso da população 16
em idade ativa passa a vida fora, sobre os caminhos de bóias-frias 19
ou como empregadas domésticas, prostitutas etc.

Nas metrópoles, essa situação se agrava e, também, se 22
abranda. Nas camadas mais pobres, se podem distinguir famílias se esforçando para ascender e outras tantas soterradas cada vez mais 22
na pobreza, na delinqüência e na marginalidade.

Além disso, dada a diversidade de situações regionais, de 25
prosperidade e de pobreza, o simples traslado de um trabalhador, que vá de uma região a outra, pode representar ascensão 25
substancial, se ele consegue incorporar-se a um núcleo mais 28
próspero.

Darcy Ribeiro. **O povo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 194-5 (com adaptações).

QUESTÃO 6

Com relação às idéias desse texto, assinale a opção correta.

- A Um dos direitos do trabalhador, no Brasil, é poder repor a mão-de-obra quando percebe que ela é escassa para a realização de determinada tarefa.
- B Antes da escravidão, havia, nas relações de trabalho no Brasil, o denominado parceiro, que, por essa condição de parceria, tinha autonomia em relação ao seu patrão.
- C Infere-se do texto que não há mobilidade social no Brasil por meio do trabalho.
- D As relações de trabalho no Brasil exercem papel significativo na manutenção da estratificação social.
- E Nas grandes cidades, o trabalhador é mais valorizado e mais qualificado que no campo ou nas cidades do interior.

QUESTÃO 7

No que concerne à estrutura do texto, assinale a opção correta.

- A A idéia principal do texto é apresentada no primeiro parágrafo: o desenvolvimento histórico das relações de trabalho no Brasil.
- B No segundo parágrafo do texto, o autor utiliza o recurso da interrogação indireta para desenvolver seu argumento, o que se pode observar pelo emprego de “Quando” (l.11).
- C No terceiro parágrafo, o autor utilizou a exemplificação como forma de desenvolvimento do texto.
- D Sem prejuízo para os sentidos do texto, a ordem de aparecimento do terceiro e do quarto parágrafos poderia ser invertida.
- E No último parágrafo, é apresentada a conseqüência das relações de trabalho para a divisão de classes no Brasil como conclusão das idéias desenvolvidas anteriormente.

QUESTÃO 8

Acerca das estruturas lingüísticas do texto, assinale a opção correta.

- A Na linha 4, a palavra “destinada” poderia ser flexionada no masculino, caso em que passaria a concordar com “trabalho”, sem que houvesse alteração no sentido do texto.
- B No trecho “que se exprimem na desumanização do trabalho” (l.13-14), mantendo-se a correção gramatical do período, o verbo poderia ser flexionado no singular: **exprime**.
- C Nas linhas 15-16, seria mantida a correção gramatical caso se empregasse o pronome posposto ao verbo: **concentra-se**.
- D No trecho “crianças entregues a seus avós” (l.17), estaria também correto o emprego do acento indicativo de crase no “a”, pois trata-se de caso em que esse acento é facultativo.
- E Em “que vá de uma região a outra” (l.26), a forma verbal “vá” poderia ser substituída, sem prejuízo para o sentido original do texto ou para a sua correção gramatical, pela forma do pretérito imperfeito do subjuntivo: **fosse**.

QUESTÃO 9

Com base no texto, assinale a opção correta no que se refere ao valor lógico e sintático das preposições e conjunções.

- A No primeiro parágrafo, a preposição “para”, em suas três ocorrências (l.3,6,7), introduz a idéia de finalidade.
- B Na linha 11, a conjunção “Quando” tem valor condicional e, por isso, poderia ser substituída por **Se**, sem prejuízo para os sentidos do texto.
- C Mantendo-se as relações de sentido originais do texto, os dois períodos do terceiro parágrafo poderiam ser ligados por meio da conjunção **embora**, desde que a forma verbal “passa” (l.18) fosse substituída pela forma de subjuntivo **passasse**, o ponto-final que separa os dois períodos fosse substituído por vírgula e fosse feita a troca da letra inicial maiúscula “O” por minúscula.
- D Sem alterar o sentido original do texto e mantendo-se a correção gramatical, o trecho “dada a diversidade de situações regionais” (l.24) poderia ser corretamente reescrito da seguinte forma: devido a diversidade de situações regionais.
- E A conjunção “se”, na linha 27, poderia, sem prejuízo para a correção sintática do período, ser substituída por **caso**.

QUESTÃO 10

Considerando aspectos de grafia, acentuação, flexão nominal e pontuação, assinale a opção correta.

- A As palavras “distâncias” (l.1) e “caráter” (l.2), acentuam-se com base na mesma regra de acentuação.
- B A retirada das vírgulas que isolam a oração “para refazer as suas energias produtivas” (l.6) alteraria o sentido original do texto.
- C A flexão de plural da palavra “mão-de-obra” (l.7) corresponde a **mãos-de-obras**, ou seja, utiliza-se o mesmo processo de flexão de plural utilizado no substantivo “bóias-frias” (l.18).
- D Na linha 13, o emprego da vírgula logo após “valores” é facultativo e, por isso, sua retirada não alteraria o sentido do texto.
- E A palavra “ascender” (l.22) poderia ser corretamente grafada, nesse contexto, também como **acender**.

Texto para as questões de 11 a 13

Não se prendendo à visão comum da informalidade nas relações de trabalho como simplesmente doença da economia do país, o economista Márcio Pochmann, presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), mostra-se lúcido diante do problema, metaforizando-o como “colchão amortecedor da crise social”. Sem a informalidade, segundo ele, a crise social brasileira decorrente do desemprego seria muito maior. Pochmann defende uma reforma trabalhista inclusiva que traga para o abrigo da lei a multidão de trabalhadores informais.

MIDIAMAX: Como se pode definir a informalidade?

POCHMANN: Essa definição deve ser bem clara. Não podemos confundir trabalho informal com trabalho ilegal. Nós temos, por exemplo, o trabalhador assalariado sem carteira. Isso não é trabalho informal. Isso é trabalho ilegal. A legislação proíbe que o trabalho assalariado não tenha proteção. A ausência de proteção é ilegal. A informalidade deve ser reconhecida não pela ilegalidade, mas pela ausência da legalidade. Os informais são trabalhadores alegais. Eles estão à margem do regime de proteção, porque não existe uma legislação apropriada para uma série de formas de ocupação que não passa pelo assalariamento.

MIDIAMAX: Qual o perfil do trabalhador informal brasileiro?

POCHMANN: Nós temos uma heterogeneidade grande. Nós temos os novos autônomos, que são os trabalhadores PJ, pessoa jurídica que são as próprias empresas que abrem. São pessoas com alta escolaridade: jornalistas, economistas, advogados que prestam serviço para grandes empresas. Mas tem também o trabalhador autônomo, que é o encanador, o eletricitista, o pedreiro... Nós temos uma realidade muito dispar. Mas o grosso da informalidade é de trabalhadores com baixa escolaridade, com remuneração muito reduzida.

MIDIAMAX: Quais as raízes da informalidade no Brasil?

POCHMANN: A informalidade é um fenômeno das relações de trabalho que remonta ao século passado. Nós tivemos, nos anos 30 e 40 do século XX, uma redução drástica da informalidade. Na década de 30, nós tínhamos nove trabalhadores informais para cada dez com contrato formal. Mas, tendo em vista o ciclo de expansão econômica e o papel que teve a CLT, a partir dos anos 40, a informalidade retraiu-se drasticamente. Chegamos ao final da década de 70 com quantidade de trabalhadores informais relativamente menor do que tínhamos há cinquenta anos. No entanto, nas décadas de 80 e 90, a informalidade voltou a crescer. Principalmente nos anos 90, o Brasil perdeu o dinamismo econômico e passamos a ter uma terceirização selvagem. As empresas usaram como medida de redução de custo a contratação de trabalhadores sem o registro formal. Também houve o crescimento dos trabalhadores PJ.

Revista Desafios do Desenvolvimento. Internet: <desafios2.ipea.gov.br> (com adaptações).

QUESTÃO 11

A metáfora proposta pelo economista entrevistado — ‘colchão amortecedor da crise social’ — evidencia que, segundo ele, as relações de trabalho informais

- A devem ser estimuladas, para que se evite o agravamento da crise social brasileira e se viabilize o desenvolvimento das empresas já estabelecidas.
- B constituem um mal necessário porque não há como inserir a imensa quantidade de trabalhadores brasileiros no mercado formal de trabalho.
- C devem ser entendidas como um mecanismo de defesa utilizado pelos trabalhadores diante da crise social decorrente do desemprego.
- D são consideradas como uma doença da economia brasileira pelos que, inseridos no mercado formal de trabalho, delas obtêm algum tipo de benefício financeiro.
- E refletem o temor de agravamento da crise social e se fundamentam em propostas de reforma trabalhista inclusiva.

QUESTÃO 12

Das respostas apresentadas pelo entrevistado depreende-se que

- A a causa principal da atual crise social brasileira é o desemprego, que gera relações informais de trabalho, as quais já existiram na década de 30 do século passado.
- B prescinde de aprofundamento a análise que classifica como doença as relações de trabalho informais.
- C a terceirização de serviços era incipiente antes do advento da CLT, a qual apresenta disposições que proíbem relações de trabalho informais.
- D toda ilegalidade, nas relações de trabalho, corresponde a informalidade, mas o contrário não é verdadeiro.
- E a iniciativa de trabalhadores de nível superior de se tornarem pessoas jurídicas atende às exigências de terem custos menores em suas atividades e prestarem, com eficácia, serviços à sociedade.

QUESTÃO 13

Assinale a opção que apresenta um período que, escrito com correção gramatical, poderia finalizar, de forma coerente, a última resposta do entrevistado.

- A Há, portanto, um conjunto grande de ocupações que cresceu e permaneceu à margem de um sistema de proteção legal, o que permite que empresas mantenham relações de trabalho informais com os profissionais que lhes prestam serviços.
- B Contudo, essas tendências verificadas na última década do século passado, representaram um retrocesso nas relações de trabalho, haja visto a prevalência de redução de custo nas metas traçadas pelas grandes empresas.
- C Vislumbra-se, todavia, um movimento crescente das empresas rumo as relações de trabalho ilegais, porquanto ainda informais, dado que a CLT, já obsoleta, apenas abriga os trabalhadores submetidos ao regime formal de trabalho.
- D Logo, é possível prever que, consoante o atual dinamismo da economia brasileira, a legislação trabalhista, à partir deste momento, pode ser reformada, de maneira a incluir a proteção aos trabalhadores não assalariados.
- E Enfim, entendo que nunca assistiu-se no Brasil, afora o regime escravocrata, a relações de trabalho tão selvagens, quanto as representadas pela terceirização dos serviços, tendência que, gradativamente, impõe-se como predominante.

QUESTÃO 14

Assinale a opção que está de acordo com as regras de concordância nominal e verbal.

- A Apesar das campanhas governamentais em favor da legalidade das relações de trabalho, existe, ainda, no Brasil, muitos trabalhadores que, mesmo sendo assalariados, não tem carteira de trabalho, ou seja, se submetem a formas ilegais de trabalho.
- B Conforme análises de especialistas da área do trabalho, verificam-se, nas relações trabalhistas brasileiras, várias distorções que se originaram na ausência de legislação específica para determinadas ocupações no mundo do trabalho.
- C Fazem bem mais de 50 anos que foi promulgado, após muitas reivindicações dos trabalhadores, a CLT, mas ainda se observa, no Brasil, que muitas empresas resistem a cumprir seus deveres como empregadores de trabalhadores assalariados.
- D Os que defendem os direitos dos trabalhadores afirmam que devem haver, em nosso país, leis que disponham sobre as novas formas de trabalho autônomo e coíbam o estabelecimento de relações informais de trabalho por aqueles que detém poder de oferecer empregos.
- E Grande parte dos grandes empresários relutou em considerar ilegal ou informal, apesar das evidências em contrário, as relações de trabalho que eles mantêm com os chamados novos autônomos.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Texto para as questões de 15 a 18

No TRT da 1.^a Região, o andamento de processo pode ser consultado no sítio www.trtrio.gov.br/Sistemas, seguindo as orientações abaixo:

Consulta processual pelo sistema de numeração única – processos autuados a partir de 2002: nesse tipo de consulta, a parte interessada, advogado ou reclamante/reclamada, poderá pesquisar, todo trâmite processual. Para efetuar a consulta, é necessário preencher todos os campos, de acordo com os seguintes procedimentos (os dígitos são sempre algarismos arábicos):

campo 1: digite o número do processo – com 5 dígitos;

campo 2: digite o ano do processo – com 4 dígitos;

campo 3: digite o número da Vara do Trabalho onde a ação se originou – com 3 dígitos. Os números das Varas do Trabalho são codificados conforme tabela anexa do sítio e, nas ações de competência dos TRTs, esse campo receberá três zeros;

campo 4: digite o número do TRT onde a ação se originou – com 2 dígitos. No caso do TRT da 1.^a Região, “01”, que virá digitado;

campo 5: digite o número seqüencial do processo – com 2 dígitos. Na 1.^a autuação do processo, independentemente da instância em que for ajuizada, este campo deverá ser preenchido com “00”.

Após o preenchimento de todos os campos, clique o botão “consultar” e será apresentada a tela relacionada aos tipos de processos. Clique o tipo de processo desejado, por exemplo: RT, RO, AP, e será apresentada a tela de Consulta Processual, com todo o trâmite do processo.

Exemplo de Número Novo: RT: 01100-2002-010-01-00

QUESTÃO 15

Se for estabelecida a restrição de que no campo 1, referente ao número do processo, até 4 dos 5 dígitos poderão ser iguais, então a quantidade de possibilidades para esse número é igual a

- A 32.805.
- B 59.049.
- C 65.610.
- D 69.760.
- E 99.990.

QUESTÃO 16

Considere que no campo 3, correspondente ao número da Vara do Trabalho onde o processo se originou, a numeração possa variar de 001 até 100. Nesse caso, a quantidade dessas Varas que podem ser numeradas somente com números divisíveis por 5 é igual a

- A 15.
- B 20.
- C 22.
- D 25.
- E 28.

QUESTÃO 17

Considere que, em 2005, foram julgados 640 processos dos quais 160 referiam-se a acidentes de trabalho; 120, a não-recolhimento de contribuição do INSS; e 80, a acidentes de trabalho e não-recolhimento de contribuição de INSS. Nesse caso, ao se escolher aleatoriamente um desses processos julgados, a probabilidade dele se referir a acidentes de trabalho ou a não-recolhimento de contribuição do INSS é igual a

- A $\frac{3}{64}$.
- B $\frac{5}{64}$.
- C $\frac{5}{16}$.
- D $\frac{7}{16}$.
- E $\frac{9}{16}$.

QUESTÃO 18

Considere um lote de processos especificados no Sistema de Numeração Única, em que os 2 dígitos do campo 5 formam um número par ou um número divisível por 3 e varia de 01 a 12. Nesse caso, a quantidade de possíveis números para esse campo 5 é igual a

- A 11.
- B 10.
- C 8.
- D 6.
- E 4.

RASCUNHO

Texto para as questões de 19 a 22

Proposições são sentenças que podem ser julgadas como verdadeiras — V — ou falsas — F —, mas não se admitem os julgamentos V e F simultaneamente. As letras maiúsculas do alfabeto, A, B, C etc., são freqüentemente utilizadas para representar proposições simples e, por isso, são denominadas letras proposicionais. Alguns símbolos lógicos utilizados para construir proposições compostas são: “¬” (não) – usado para negar uma proposição; “∧” (e) – usado para fazer a conjunção de proposições; “∨” (ou) – usado para fazer a disjunção de proposições; “→” (implicação) – usado para relacionar condicionalmente as proposições, isto é, “A→B” significa “se A então B”. A proposição “¬A” tem valor lógico contrário ao de A; a proposição “A∨B” terá valor lógico F quando A e B forem F, caso contrário será sempre V; a proposição “A∧B” terá valor lógico V quando A e B forem V, caso contrário será sempre F; a proposição “A→B” terá valor lógico F quando A for V e B for F, caso contrário será sempre V.

QUESTÃO 19

Considerando as definições apresentadas no texto anterior, as letras proposicionais adequadas e a proposição “Nem Antônio é desembargador nem Jonas é juiz”, assinale a opção correspondente à simbolização correta dessa proposição.

- A $\neg(A \wedge B)$
- B $(\neg A) \vee (\neg B)$
- C $(\neg A) \wedge (\neg B)$
- D $(\neg A) \rightarrow B$
- E $\neg[A \vee (\neg B)]$

QUESTÃO 20

Proposições compostas são denominadas equivalentes quando possuem os mesmos valores lógicos V ou F, para todas as possíveis valorações V ou F atribuídas às proposições simples que as compõem. Assinale a opção correspondente à proposição equivalente a “¬[[A∧(¬B)]→C]”.

- A $A \wedge (\neg B) \wedge (\neg C)$
- B $(\neg A) \vee (\neg B) \vee C$
- C $C \rightarrow [A \wedge (\neg B)]$
- D $(\neg A) \vee B \vee C$
- E $[(\neg A) \wedge B] \rightarrow (\neg C)$

RASCUNHO

QUESTÃO 21

Considere que são V as seguintes proposições:

- ⇨ “Se Joaquim é desembargador ou Joaquim é ministro, então Joaquim é bacharel em direito”;
- ⇨ “Joaquim é ministro”.

Nessa situação, conclui-se que também é V a proposição

- A Joaquim não é desembargador.
- B Joaquim não é desembargador, mas é ministro.
- C Se Joaquim é bacharel em direito então Joaquim é desembargador.
- D Se Joaquim não é desembargador nem ministro, então Joaquim não é bacharel em direito.
- E Joaquim é bacharel em direito.

QUESTÃO 22

Considere que todas as proposições listadas abaixo são V.

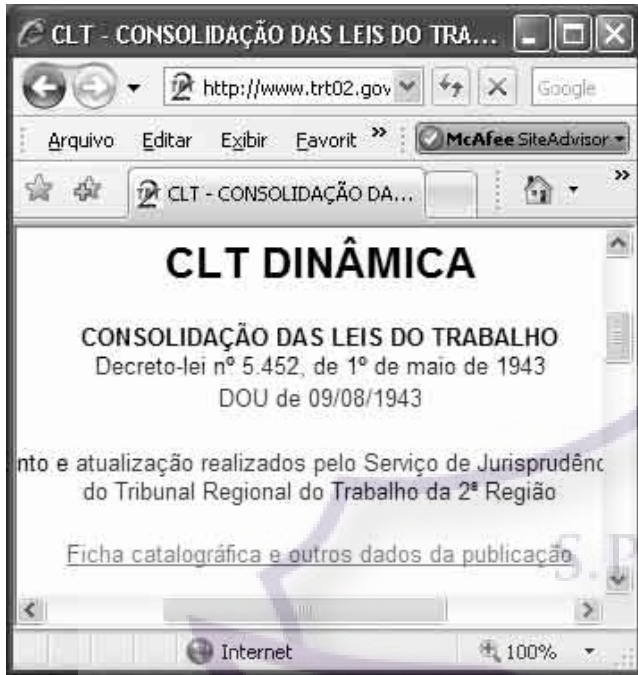
- I Existe uma mulher desembargadora ou existe uma mulher juíza.
- II Se existe uma mulher juíza então existe uma mulher que estabelece punições ou existe uma mulher que revoga prisões.
- III Não existe uma mulher que estabelece punições.
- IV Não existe uma mulher que revoga prisões.

Nessa situação, é correto afirmar que, por consequência da veracidade das proposições acima, é também V a proposição







- A Existe uma mulher que estabelece punições mas não revoga prisões.
- B Existe uma mulher que não é desembargadora.
- C Se não existe uma mulher que estabelece punições então existe uma mulher que revoga prisões.
- D Não existe uma mulher juíza.
- E Existe uma mulher juíza mas não existe uma mulher que estabelece punições.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

QUESTÃO 23



A figura acima ilustra uma janela do Internet Explorer 7 (IE7), em que está sendo exibida parte de uma página *web*. Com relação a essa figura e à Internet, assinale a opção correta.

- A Ao se clicar o botão , localizado à direita de , a janela mostrada será maximizada, de forma que a página *web* acessada poderá ser visualizada por inteiro.
- B Ao se clicar o menu **Arquivo**, é aberta uma lista de opções, entre as quais está a opção Copiar, que permite copiar para a área de transferência uma figura existente na página *web*.
- C Ao se clicar o botão , é aberta a janela denominada Abrir nova janela, que tem como função principal permitir a criação de novas páginas *web*.
- D Ao se clicar o ícone , na barra de título do IE7, será aberta uma nova janela do IE7, exibindo a página definida como inicial.
- E A seguinte seqüência de ações pode permitir que se acesse a página associada ao endereço www.unb.br: no campo  <http://www.trt02.gov>, substituir todo o grupo de caracteres que se inicia em [http](http://www.unb.br) pelos caracteres www.unb.br e, em seguida, clicar .

QUESTÃO 24

Com relação à Internet, a *intranet* e a redes de computadores, assinale a opção correta.

- A Diversas redes locais, assim como a Internet, utilizam o protocolo de comunicação TCP/IP.
- B LAN é o nome dado a redes que conectam computadores localizados a distâncias muito longas, da ordem de milhares de quilômetros.
- C Nas redes Wi-Fi, todos os computadores estão conectados por meio de fibras ópticas, utilizando um servidor denominado *hub*.
- D O serviço denominado Telnet permite o acesso de páginas *web* contendo texto, *hiperlinks* e elementos gráficos, de forma similar às páginas visualizadas no Internet Explorer e no Mozilla Firefox.
- E *Intranet* é um termo específico usado para denominar o tipo de rede que contém um número máximo de 5 computadores interligados.

QUESTÃO 25

Com relação ao *hardware* de computadores do tipo PC e a conceitos de computação e informática, assinale a opção correta.

- A 1 *megabyte* corresponde a mil *bytes*.
- B Diversos processadores de computadores do tipo PC atuais funcionam com frequência de relógio (*clock*) superior a 800 milhões de hertz.
- C Todos os tipos de CD-ROM permitem a realização, pelo usuário, de um grande número de operações de leitura e escrita no mesmo disco.
- D O *mouse* é um exemplo de periférico de saída que se comunica com o computador por meio de uma porta paralela.
- E Os monitores de vídeo SVGA, mais antigos, estão, aos poucos, sendo totalmente substituídos por monitores mais modernos, denominados CGA.

QUESTÃO 26

Com relação a correio eletrônico, assinale a opção correta.

- A Todos os endereços de correio eletrônico devem ter os caracteres *.com* em sua estrutura.
- B O termo *spam* é o nome usado para denominar programas executáveis que são enviados como anexos de mensagens de *e-mail*.
- C O programa Outlook Express 6 permite a criação de um grupo com endereços de correio eletrônico, o que pode facilitar o envio de mensagens de *e-mail* para os endereços contidos nesse grupo.
- D Enquanto o programa Outlook Express funciona apenas no sistema operacional Windows, todas as versões do programa Eudora somente podem ser executadas no sistema operacional Linux.
- E Embora o símbolo *@* seja sempre usado em endereços de páginas da Web, ele não deve ser usado em endereços de correio eletrônico.


QUESTÃO 27




A figura acima mostra a parte inferior esquerda de área de trabalho do Windows XP. Com relação a essa figura, ao Windows XP e a conceitos de informática, assinale a opção correta.



- A** Para esvaziar a lixeira do Windows, é suficiente aplicar um

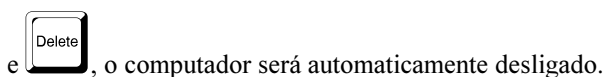


- B** Ao se clicar o ícone , será aberto um programa que tem como principal função proteger o computador contra infecção por vírus de computador.

- C** Para iniciar o Windows Explorer, é suficiente clicar o botão .

- D** Ao se clicar com o botão direito do *mouse* um ponto da *desktop* sem ícones ou botões, será exibida uma lista de opções, entre as quais a opção Propriedades, que permite, entre outras ações, alterar propriedades de vídeo.

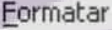
- E** Ao se pressionar simultaneamente as teclas , ,






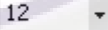
QUESTÃO 28




A figura acima mostra uma janela do Word 2002, com um documento em processo de edição, contendo um trecho de texto de autoria de Érico Veríssimo. Com relação a essa figura e ao Word 2002, assinale a opção correta.

- A** Ao se selecionar o trecho “Vila Operária”, e se clicar o *menu* , será exibida uma lista de opções, entre as quais a opção Copiar, que permite copiar o trecho selecionado para a área de transferência.

- B** Para visualizar qual é a versão do Word que está sendo usada, é suficiente clicar o botão , localizado à direita da ferramenta , e, na lista de opções que surge em decorrência dessa ação, clicar .

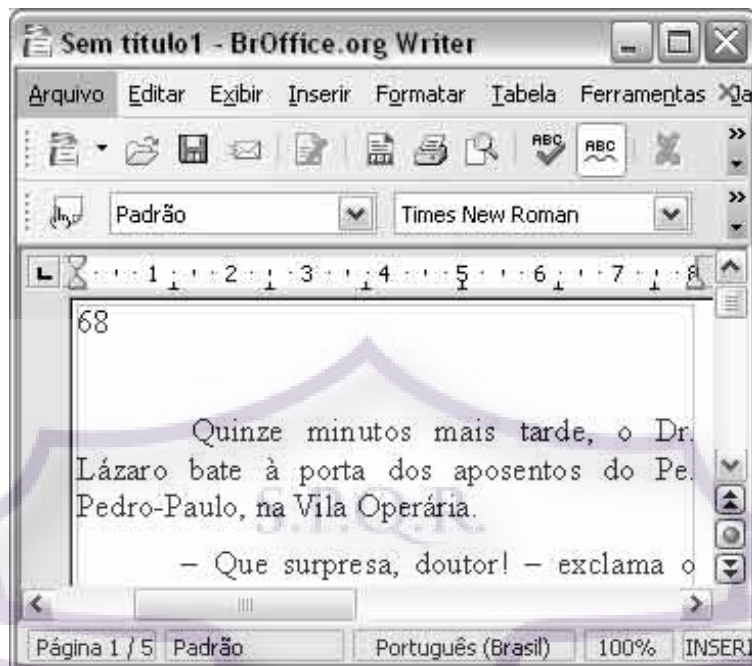
- C** A ferramenta  possui funcionalidades que permitem alterar o tamanho da fonte usada em trechos de texto que forem selecionados no documento em edição.

- D** Para selecionar todo o parágrafo iniciado em “Quinze minutos mais tarde”, é suficiente aplicar, com o botão direito do *mouse*, um clique sobre qualquer palavra contida nesse parágrafo.

- E** Para excluir o parágrafo iniciado em “Quinze minutos mais tarde”, sem apagar o restante do texto, é suficiente selecionar esse parágrafo e, em seguida, clicar .






Texto para as questões 29 e 30

A figura a seguir mostra uma janela do BrOffice.org Writer 2.4, com um documento em edição, contendo um trecho de texto de autoria de Érico Veríssimo. Considere que o arquivo não tenha ainda sido salvo nenhuma vez.







QUESTÃO 29

Com relação à figura apresentada e ao BrOffice.org Writer 2.4, assinale a opção correta.

- A Para centralizar o número 68, que aparece na primeira linha do documento em edição, é suficiente clicar esse número e, em seguida, pressionar simultaneamente as teclas  e .
- B Ao se selecionar o parágrafo iniciado em “Quinze minutos mais tarde”, e se clicar o botão , será aberta a janela denominada Formatar fonte, que tem por função permitir definir o estilo da fonte usada no trecho selecionado.
- C Ao se selecionar uma palavra contida no parágrafo iniciado em “Quinze minutos mais tarde”, e se clicar o botão , apenas esse parágrafo será impresso.
- D Ao se clicar o botão , será aplicada, a todo o documento em edição, uma formatação previamente definida pelo usuário como sendo a formatação de sua preferência.
- E Ao se selecionar o trecho “Vila Operária”, e se clicar o menu **Formatar**, será exibida uma lista de opções, entre as quais há uma que iniciará uma ferramenta que poderá permitir aplicar negrito ao trecho selecionado.

QUESTÃO 30

Ainda com relação à figura apresentada e ao BrOffice.org Writer 2.4, caso se deseje salvar o documento em um arquivo de nome Incidente em Antares, é suficiente

- A clicar ; na janela disponibilizada, no campo apropriado, digitar Incidente em Antares; clicar Salvar.
- B pressionar simultaneamente as teclas  e , o que fará que seja exibida a janela Salvar; nessa janela, no campo apropriado, digitar: Incidente em Antares; clicar Salvar.
- C clicar a ferramenta ; na janela disponibilizada, no campo Nome do arquivo, digitar Incidente em Antares; clicar Salvar.
- D clicar o menu **Arquivo**; na lista de opções disponibilizada, clicar Salvar; na janela disponibilizada, no campo Nome do arquivo, digitar Incidente em Antares; clicar Salvar.
- E aplicar um clique duplo na barra de título, o que fará que seja exibida a janela Salvar; nessa janela, no campo Nome do arquivo, digitar Incidente em Antares; clicar Salvar.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 31

No que concerne ao Poder Legislativo, assinale a opção correta.

- A Os vereadores, assim como os parlamentares estaduais e federais, gozam de imunidade material e formal por atos praticados em todo o território nacional.
- B As viagens do presidente da República para o exterior precisam ser autorizadas pelo Senado Federal.
- C Somente o chefe do Poder Executivo federal, o presidente da República, pode editar medida provisória.
- D Lei ordinária pode revogar lei complementar se o assunto nesta veiculado não estiver reservado na CF.
- E O estado do Rio de Janeiro pode editar lei que fixe a pena de multa para empregador que despedir imotivadamente empregado.

QUESTÃO 32

Assinale a opção que contém apenas direitos assegurados aos trabalhadores domésticos pela CF.

- A licença paternidade, na forma fixada em lei, e adicional de remuneração por atividades penosas ou insalubres
- B aposentadoria e assistência gratuita aos filhos de até cinco anos de idade em creches e pré-escolas
- C repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos, e irredutibilidade de salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo
- D proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, e salário família pago em razão de dependente de baixa renda
- E remuneração do trabalho noturno superior ao diurno e seguro-desemprego, no caso de demissão por justa causa

QUESTÃO 33

Em relação aos direitos sociais disciplinados pela CF, assinale a opção correta.

- A O STF entende que, enquanto não houver a regulamentação do direito de greve para os servidores públicos, é possível a aplicação, no que couber, da lei que disciplina a matéria para os empregados privados.
- B O sindicalizado aposentado tem o direito de votar, mas não pode compor chapa do seu sindicato.
- C O sindicato não tem legitimidade para defender interesses individuais da categoria em questões administrativas.
- D Segundo o STF, por construção jurisprudencial, admite-se a criação de mais de uma organização sindical na mesma base territorial, desde que representativa de categoria econômica.
- E A cobrança de contribuição sindical para custeio do sistema confederativo afasta a possibilidade de se instituir, por assembleia, contribuição da categoria de empregado.

QUESTÃO 34

Considerando o tratamento constitucional dado à justiça do trabalho, assinale a opção correta, de acordo com o entendimento jurisprudencial do STF.

- A As ações oriundas da discussão de relação de trabalho de servidores públicos federais, após a Emenda Constitucional n.º 45/2004, serão julgadas pela justiça trabalhista.
- B Compete à justiça do trabalho o julgamento de ação de crime contra a organização do trabalho, como, por exemplo, o de redução de pessoa à condição análoga à de escravo.
- C A execução das sentenças que envolvam decisão sobre adimplemento de contribuição previdenciária não poderão ser realizadas de ofício, devendo o Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS) ser chamado à lide para exigir seu pagamento.
- D Compete ao Tribunal Regional Federal o julgamento de *habeas corpus* impetrado contra ato de juiz do trabalho de vara localizada na cidade do Rio de Janeiro.
- E O conflito positivo de competência entre o Tribunal Regional Federal da 2.ª Região e o TRT com sede no Rio de Janeiro deverá ser decidido pelo STJ.

QUESTÃO 35

Alguns assuntos não precisam ser veiculados em lei em sentido formal. Esses assuntos incluem

- A organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa.
- B extinção de cargos públicos vagos e criação de normas sobre condições para o exercício das profissões.
- C registros públicos e aplicação de pena.
- D desapropriação e criação de regime de bens para o casamento civil.
- E autorização para alienação de bem público e definição de regime dos portos.

DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 36

Determinado ministro de Estado demitiu José, servidor público, do cargo efetivo que ocupava, em decorrência da prática de improbidade para obtenção de proveito pessoal (recebimento de propina, corrupção passiva) em detrimento da dignidade do cargo. Além de haver testemunhas que presenciaram o pedido ilegal de dinheiro para prática de ato administrativo, o fato foi filmado e exibido por emissora de televisão em cadeia nacional. Em razão da reportagem, José foi suspenso preventivamente pelo próprio ministro. No dia seguinte à publicação da demissão, o ex-servidor protocolou petição dirigida ao ministro, alegando a ocorrência de cerceamento de defesa, em virtude de não lhe ter sido dada a oportunidade de apresentar alegações finais no processo disciplinar. Além disso, alegou que o processo administrativo deveria ter sido regido pela Lei n.º 9.784/1999 e não, pela Lei n.º 8.112/1990, como de fato havia sido. Por fim, afirmou que, no processo criminal, ele tinha sido absolvido por insuficiência de provas.

Com base no entendimento jurisprudencial do STF e do STJ, e considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A A absolvição criminal de José deveria impedir a sua demissão, resultante de processo administrativo.
- B Como o ministro suspendeu, preventivamente, José do cargo, ele deveria ter sido colocado sob suspeição para realizar demissão.
- C A demissão de José somente poderia ter sido levada a efeito pelo presidente da República, pois não se admite a delegação para sua prática.
- D A referida filmagem não poderia ter sido utilizada como elemento incriminador no processo administrativo disciplinar.
- E Se não há previsão na Lei n.º 8.112/1990 para apresentação de alegações finais, não caberia acrescentar nova fase no procedimento com base na Lei n.º 9.784/1999, lei genérica de processo administrativo.

QUESTÃO 37

Em relação aos vencimentos e proventos de aposentadoria dos servidores públicos, o STF entende que

- A a Constituição veda a cumulação de cargos públicos por uma mesma pessoa.
- B não há vedação constitucional à acumulação de cargos públicos desde que haja compatibilidade de horários e o acesso tenha se dado por concurso público.
- C é permitida a cumulação sem restrições, se ficar caracterizado direito adquirido pelo servidor
- D é possível a acumulação de mais de uma aposentadoria, se forem elas relativas a cargos que, na atividade, seriam cumuláveis.
- E são inacumuláveis em razão do princípio da moralidade administrativa.

QUESTÃO 38

A Lei n.º 8.112/1990 e suas posteriores alterações baniram do ordenamento jurídico as seguintes formas de provimento de cargos públicos:

- A nomeação e readaptação.
- B promoção e redistribuição.
- C reversão e recondução.
- D ascensão e transferência.
- E substituição e aproveitamento.

QUESTÃO 39

Maria, casada com Pedro, juiz titular da vara do trabalho de Itaperuna, foi aprovada, em concurso público, para o cargo de auditor do trabalho, com lotação originária também em Itaperuna, tendo tomado posse e entrado em exercício em fevereiro de 2004. No ano seguinte, Pedro, após realizar concurso de remoção, foi trabalhar em uma das varas do trabalho do Rio de Janeiro. Em 2006, Pedro foi acometido de doença, razão pela qual deveria ser acompanhado por Maria. Em 2008, Maria será candidata a vereadora pelo Rio de Janeiro.

A partir dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A A licença por motivo da doença de Pedro somente permitiria a Maria a percepção à remuneração pelo período de até 90 dias.
- B Uma vez eleita vereadora, havendo incompatibilidade de horários para cumulação dos cargos, Maria poderá se afastar do cargo de auditora do trabalho, mas optando por sua remuneração.
- C Em 2005, Maria não poderia pedir licença para acompanhar Pedro, porque estava em estágio probatório.
- D Durante a licença em razão da doença de Pedro, Maria poderá exercer atividade remunerada fora do serviço público.
- E O afastamento para o exercício do cargo de vereador não será computado para fins da contagem do tempo de serviço de Maria.

QUESTÃO 40

Assinale a opção correta de acordo com a Lei n.º 8.112/1990.

- A O servidor que opera direta e permanentemente com substâncias radioativas gozará de 20 dias consecutivos de férias por semestre.
- B A necessidade do serviço declarada pelo chefe da seção de atendimento ao público em que o servidor está lotado é motivo para interrupção das suas férias.
- C Para o exercício de mandato classista em sindicato com mais de 30.000 filiados, a licença será remunerada.
- D O servidor que não satisfizer as exigências do estágio probatório será demitido.
- E No afastamento para servir na Organização Internacional do Trabalho, o servidor da justiça do trabalho poderá optar pela remuneração que deseja perceber.

DIREITO DO TRABALHO

QUESTÃO 41

Julgue os itens a seguir quanto ao contrato individual do trabalho, ao salário e à remuneração.

- I O vale para refeição, fornecido por força do contrato de trabalho, tem caráter salarial, integrando a remuneração do empregado, para todos os efeitos legais.
- II A habitação, a energia elétrica e o veículo fornecidos pelo empregador ao empregado, quando indispensáveis para a realização do trabalho, não têm natureza salarial, ainda que, no caso de veículo, seja ele utilizado pelo empregado também em atividades particulares.
- III Os percentuais fixados em lei relativos ao salário *in natura* referem-se apenas às hipóteses em que o empregado percebe salário mínimo, apurando-se, nas demais, o real valor da utilidade.
- IV Havendo contratação para cumprimento de jornada reduzida, inferior à previsão constitucional de oito horas diárias ou quarenta e quatro semanais, é lícito o pagamento do piso salarial ou do salário mínimo proporcional ao tempo trabalhado.
- V Devida à sua nocividade à saúde, o cigarro não é considerado salário utilidade.

A quantidade de itens certos é igual a

- A 1.
- B 2.
- C 3.
- D 4.
- E 5.

QUESTÃO 42

Assinale a opção correta, acerca de salário, remuneração e indenizações trabalhistas.

- A Gorjetas, cobradas pelo empregador na nota de serviço ou oferecidas espontaneamente pelos clientes, integram a remuneração do empregado, servindo de base de cálculo para as parcelas de aviso-prévio, adicional noturno, horas extras e repouso semanal remunerado.
- B Durante as horas de sobreaviso, mesmo que o empregado não se encontre em condições de risco, é cabível a integração do adicional de periculosidade sobre as mencionadas horas.
- C O tempo do aviso prévio indenizado não conta para efeito da indenização adicional.
- D De acordo com a CLT, não se incluem nos salários as ajudas de custo, assim como as diárias para viagem que não excedam 50% do salário percebido pelo empregado. Para o TST, essa norma significa que integram o salário, pelo seu valor total e para efeitos indenizatórios, as diárias de viagem que ultrapassem 50% do salário do empregado, enquanto perdurarem as viagens.
- E Caso ocorra a rescisão contratual no período de 30 dias que antecede à data-base, o pagamento das verbas rescisórias com o salário já corrigido afasta o direito à indenização adicional.

QUESTÃO 43

Com relação ao contrato individual do trabalho, assinale a opção correta.

- A Viola a garantia constitucional contra despedida arbitrária ou sem justa causa, a extinção do contrato de trabalho do empregado que se aposenta espontaneamente e continua a trabalhar na empresa após a concessão do benefício previdenciário.
- B A decisão que excepciona os ocupantes de cargos de gestão do controle de jornada de trabalho afronta a CF.
- C A apuração do salário-hora, para efeito de cálculo da hora extraordinária, deve ser realizada no caso do trabalhador mensalista, mediante a divisão do salário por 240.
- D A insuficiência de transporte público enseja o pagamento de horas *in itinere*.
- E A indenização adicional corresponde ao salário mensal, no valor devido na data da comunicação do despedimento, integrado pelos adicionais legais ou convencionados ligados à unidade de tempo correspondente a um mês, sendo computável a gratificação natalina.

QUESTÃO 44

O salário-educação devido pelas empresas e previsto no art. 212, § 5.º, da CF, na forma em que vier a ser disposto em regulamento, é calculado com base na alíquota de 2,5% sobre o total de remunerações pagas ou creditadas, a qualquer título, aos segurados empregados, assim definidos no art. 12, inciso I, da Lei n.º 8.212/1991.

Com relação ao tema abordado no texto, assinale a opção correta.

- A Com relação ao salário-educação, a CF não define a finalidade nem o sujeito passivo da contribuição, atribuindo à lei essas definições.
- B A expressão “na forma em que vier a ser disposto em regulamento” é meramente expletiva, haja vista a competência privativa do presidente da República para expedir regulamentos para a fiel execução das leis.
- C O salário-educação é contribuição especial de intervenção no domínio econômico.
- D A cobrança do salário-educação é de competência da justiça do trabalho.
- E A cobrança da contribuição do salário-educação, constitucional na Carta de 1969, somente se tornou constitucional na vigência da CF após a entrada em vigor da Lei n.º 9.424/1996.

QUESTÃO 45

Assinale a opção correta no que concerne a definição e fontes do direito do trabalho.

- A Decretos, portarias e acordos coletivos de trabalho são fontes autônomas do direito do trabalho.
- B Sentenças normativas, convenções coletivas de trabalho e jurisprudência são fontes heterônomas do direito do trabalho.
- C Portarias, sentenças normativas e convenções internacionais são fontes heterônomas do direito do trabalho.
- D A CF, os acordos coletivos de trabalho e a CLT são fontes autônomas do direito do trabalho.
- E Convenções internacionais, decretos e convenções coletivas de trabalho são fontes heterônomas do direito do trabalho.

QUESTÃO 46

A respeito de um empregado optante pelo FGTS, assinale a opção correta.

- Ⓐ O empregado que se aposenta voluntariamente tem o contrato de trabalho automaticamente rescindido, fazendo jus ao saldo de salários, décimo terceiro salário proporcional, férias vencidas e(ou) proporcionais e depósitos do FGTS, não tendo direito, no entanto, à multa de 40% sobre o FGTS.
- Ⓑ No caso do falecimento de um trabalhador, o saldo será pago aos dependentes habilitados para esse fim perante a Previdência Social, segundo o critério adotado para a concessão de pensões por morte. Na falta de dependentes, farão jus ao recebimento do saldo da conta vinculada os seus sucessores, previstos na lei civil e indicados em alvará judicial expedido a requerimento do interessado, independentemente de inventário ou arrolamento.
- Ⓒ A conta vinculada do trabalhador no FGTS poderá ser movimentada nas situações de culpa recíproca, de força maior e de despedida sem justa causa, inclusive a indireta. Essas situações ensejam o depósito de percentual sobre o FGTS por parte do empregador nas proporções de 40%, em caso de despedida sem justa causa e 20% no caso de culpa recíproca. Não há previsão de depósito no caso de despedida por força maior.
- Ⓓ Para os fins previstos na lei do FGTS, todos os empregadores ficam obrigados a depositar, até o dia 7 de cada mês, em conta bancária vinculada, a importância correspondente a 12% da remuneração paga ou devida, no mês anterior, a cada trabalhador.
- Ⓔ Na rescisão com base em força maior, o empregado pode sacar de sua conta vinculada os valores referentes a contratos anteriores.

QUESTÃO 47

Diante do posicionamento da Organização Mundial da Saúde (OMS), que catalogou o alcoolismo como doença no Código Internacional de Doenças (CID), sob o título de síndrome de dependência do álcool (referência F-10.2), impõe-se a revisão do disciplinamento contido no art. 482, letra f, da CLT, de modo a impedir a dispensa por justa causa do trabalhador alcoólatra (embriaguez habitual), aplicando-se, tão-somente, a suspensão de seu contrato de trabalho, para que ele possa ser submetido a tratamento médico ou mesmo possa se aposentar por invalidez.

proc. n.º TST-AIRR e RR-813281/2001.6, min. relator: José Luciano de Castilho Pereira.

Com base no entendimento expresso no texto, assinale a opção correta.

- Ⓐ O empregado afastado para tratamento de embriaguez habitual não presta serviços, mas recebe salários e tem o período de afastamento contado como tempo de serviço.
- Ⓑ Na situação apresentada, o empregado afastado não presta serviços, não recebe salários, mas o período de afastamento é computado como tempo de serviço.
- Ⓒ A suspensão tem início desde o primeiro dia do afastamento para tratamento do alcoolismo.
- Ⓓ Quanto aos seus efeitos, a situação apresentada se assemelha à suspensão.
- Ⓔ Quanto aos seus efeitos, a situação descrita se assemelha ao afastamento devido a acidente de trabalho.

QUESTÃO 48

Assinale a opção correta, a respeito de férias, contrato individual de trabalho e trabalho noturno.

- Ⓐ A indenização pelo não-deferimento das férias no tempo oportuno será calculada com base na remuneração devida ao empregado na época da reclamação ou, se for o caso, na da extinção do contrato.
- Ⓑ Reconhecida a culpa recíproca na rescisão do contrato de trabalho (art. 484 da CLT), o empregado tem direito a 50% do valor do aviso prévio e do décimo terceiro salário, não lhe sendo devidas férias proporcionais.
- Ⓒ As faltas ou ausências decorrentes de acidente do trabalho são consideradas para os efeitos de duração de férias e cálculo da gratificação natalina.
- Ⓓ A transferência para o período diurno de trabalho não implica a perda do direito ao adicional noturno.
- Ⓔ Após cada período de 12 meses de vigência de contrato de trabalho, o empregado terá direito a férias de 12 dias consecutivos, quando houver tido de 15 a 23 faltas.

QUESTÃO 49

Acerca do direito do trabalho, assinale a opção correta.

- Ⓐ A justiça do trabalho não admite embargos de declaração contra decisão monocrática de relator que denega ou dá provimento a recurso, calcada no CPC.
- Ⓑ A justiça comum é competente para dirimir controvérsias referentes à indenização por dano moral, ainda que decorrente da relação de trabalho.
- Ⓒ A punição de empregado é nula se não precedida de inquérito ou sindicância internos, ainda que a empresa não se tenha obrigado, por norma regulamentar, a proceder o inquérito.
- Ⓓ O prazo de decadência do direito do empregador de ajuizar inquérito em face do empregado que incorre em abandono de emprego é contado a partir da configuração do abandono do emprego.
- Ⓔ A juntada de documentos na fase recursal só se justifica quando provado o justo impedimento para sua oportuna apresentação ou se referir a fato posterior à sentença.

QUESTÃO 50

Ainda com relação ao direito do trabalho, assinale a opção correta.

- Ⓐ Salvo os casos previstos na CF, o salário mínimo não pode ser usado como indexador de base de cálculo de vantagem de servidor público ou de empregado, nem ser substituído por decisão judicial.
- Ⓑ No julgamento de Agravo de Instrumento, ao afastar o óbice apontado pelo TRT para o processamento do recurso de revista, pode o juízo *ad quem* prosseguir no exame dos demais pressupostos extrínsecos e intrínsecos do recurso de revista, desde que apreciados pelo TRT.
- Ⓒ Devem ser julgados em sentenças distintas os embargos e as impugnações à liquidação apresentados pelos credores trabalhista e previdenciário.
- Ⓓ Viola a CF o estabelecimento de remuneração inferior ao salário mínimo para os praças prestadores de serviço militar inicial.
- Ⓔ Os intervalos fixados para descanso e alimentação durante a jornada de seis horas descaracterizam o sistema de turnos ininterruptos de revezamento para o efeito da CF.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

QUESTÃO 51

Embora o entendimento predominante no TST seja o de que o tacógrafo, por si só, não basta para controlar a jornada de trabalho de motorista, a Segunda Turma, ao decidir pela condenação, baseou-se em elementos fáticos apresentados na tese vencida constante do acórdão regional. Este registrava que, além do tacógrafo, a jornada era controlada por fiscais, que tinham condições de verificar com exatidão o início da viagem, a quilometragem percorrida, a velocidade do veículo, as paradas e descansos.

Ao interpor embargos à SDI-1, a referida empresa sustentou que a tese vencedora no TRT ateu-se unicamente à análise do tacógrafo, e que o voto vencido partia de premissas fáticas diferentes da que constou no voto vencedor. A ministra relatora, porém, rejeitou a tese da empresa, observando que a decisão da Segunda Turma transcreve o trecho, constante do acórdão regional, ainda que em tese vencida, que norteou sua decisão. “Nessa hipótese, podem e devem ser considerados todos os elementos constantes do acórdão, porque não se trata de peça autônoma, distinta e independente”, explicou a ministra. “A partir do momento em que a fundamentação do voto vencido integrou o acórdão, tem-se por prequestionada toda a matéria fática”, concluiu.

Por maioria, a SDI-1 seguiu o voto da ministra e não conheceu dos embargos.

Internet: <ext02.tst.gov.br> (com adaptações).

Com base no texto acima, assinale a opção correta.

- A** Por não ter sido unânime, a decisão acima seria passível de embargos infringentes para a própria SDI-1, no prazo de 8 dias.
- B** Hoje é possível, no âmbito do TST, a oposição de embargos de divergência, de nulidade e embargos infringentes.
- C** Na justiça do trabalho, considera-se prequestionada a questão jurídica invocada no recurso principal, sobre a qual se omite o Tribunal de pronunciar tese, não obstante opostos embargos de declaração.
- D** Na decisão noticiada, a SDI-1 contrariou o entendimento predominante no TST de que o tacógrafo, por si só, não basta para controlar a jornada de trabalho de motorista.
- E** A partir de decisão não unânime proferida no âmbito do TRT, cabem embargos infringentes.

Texto para as questões 52 e 53

Em uma reclamação trabalhista, o pedido foi julgado procedente. O juiz do trabalho estimou o valor da condenação em R\$ 11.500,00. A empresa recorreu ao TRT, que conheceu e desproveu o recurso. A empresa apelou ao TST apontando violação literal de cinco artigos de lei federal e divergência jurisprudencial, usando como paradigma acórdão do próprio TRT. O recurso foi admitido na origem, mas apenas em relação a dois artigos federais. No TST, o recurso foi conhecido em parte e desprovido.

Obs.: valores limites para o depósito recursal: recurso ordinário: R\$ 4.993,78; recurso de revista, embargos, recurso extraordinário: R\$ 9.987,56; recurso em ação rescisória: R\$ 9.987,56.

QUESTÃO 52

Considerando as informações apresentadas no texto, assinale a opção correspondente ao valor mínimo da guia de recolhimento feita pela empresa reclamada a título de depósito recursal, por ocasião do recurso para o TST.

- A** R\$ 11.500,00
- B** R\$ 9.987,56
- C** R\$ 6.506,22
- D** R\$ 14.981,34
- E** R\$ 4.993,78

QUESTÃO 53

Ainda em relação à situação apresentada no texto, assinale a opção correta.

- A** O TST poderia conhecer do recurso tão-somente quanto aos dois artigos federais admitidos na origem.
- B** O recurso pode ter sido conhecido quanto a divergência.
- C** O TST, ao conhecer do recurso, entendeu que a causa oferecia transcendência com relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica.
- D** O reclamante poderia ter recorrido ao STF, que, como regra, tem, examinado os pressupostos de admissibilidade dos recursos dirigidos ao TST.
- E** O depósito recursal é pressuposto extrínseco do recurso trabalhista.

QUESTÃO 54

No que se refere à execução e a créditos previdenciários, assinale a opção correta.

- A De acordo com o princípio da utilidade somente serão penhorados bens suficientes à satisfação do crédito do exequente.
- B O credor pode, a qualquer momento, desistir da execução, devendo para isso ter o assentimento do devedor.
- C O TST entende que não há incidência de contribuição previdenciária sobre o valor firmado em acordo que não reconhece a existência de vínculo de emprego entre as partes.
- D A competência da justiça do trabalho, quanto à execução das contribuições previdenciárias, limita-se às sentenças condenatórias em pecúnia que proferir e aos valores, objeto de acordo homologado, que integrem o salário de contribuição.
- E Os descontos previdenciários e fiscais devem ser efetuados pelo juízo executório se a sentença exequenda não foi omissa sobre a questão.

QUESTÃO 55

Quanto ao processo do trabalho, assinale a opção correta.

- A O prazo para o oferecimento dos embargos à execução é de 10 dias, após garantida a execução.
- B Quanto aos efeitos dos embargos, uma das regras é a não suspensão da execução, admitindo-se, excepcionalmente, o efeito suspensivo.
- C Somente nos embargos à penhora poderá o executado impugnar a sentença de liquidação, cabendo ao exequente igual direito e no mesmo prazo.
- D A lei que dispensou a garantia do juízo para efeitos de embargos se aplica ao processo do trabalho.
- E Não se admite dilação probatória nos embargos à execução.

QUESTÃO 56

A respeito do direito do trabalho e do direito processual do trabalho, assinale a opção correta.

- A Na sucessão de empresas, a responsabilidade quanto a débitos e obrigações trabalhistas recai sobre o sucessor, em face do princípio da despersonalização do empregador, sendo irrelevante o vínculo estabelecido entre sucedido e sucessor, bem como a natureza do título que possibilitou ao titular do estabelecimento a utilização dos meios de produção nele organizados.
- B A justiça do trabalho não vê o depósito recursal como parcela garantidora da execução do crédito do reclamante; uma vez que se a sentença ainda não foi transitada em julgado, não há título executivo que sustente a execução.
- C Nos termos da CLT e da CF, a supressão ou redução do intervalo intrajornada somente é possível por acordo ou convenção coletiva de trabalho.
- D A garantia da estabilidade provisória prevista no ato das Disposições Constitucionais Transitórias, não se aplica ao suplente do cargo de direção de comissões internas de prevenção de acidentes (CIPA).
- E Cabe recurso de revista das decisões proferidas em grau de recurso ordinário, em dissídio individual, pelos tribunais regionais do trabalho, quando derem ao mesmo dispositivo de lei federal interpretação diversa da que lhe houver dado o STF.

QUESTÃO 57

Com respeito a nulidades, assinale a opção correta.

- A No processo do trabalho, o princípio da transcendência é inspirado no sistema francês *pas de nullité sans grief*.
- B Em sede de recurso de revista, o TST pode reconhecer, de ofício, nulidade absoluta, ocorrida nas instâncias ordinárias, ainda que não tenha sido prequestionada no TRT.
- C O princípio do interesse significa que a nulidade do ato não prejudicará senão os posteriores que dele dependem ou sejam conseqüência.
- D Pode-se decretar a nulidade a favor de quem deu causa ao vício processual.
- E O princípio da convalidação se aplica tanto às nulidades relativas quanto às absolutas.

QUESTÃO 58

Considere o seguinte trecho de ementa extraída do Conflito de Competência 79.323/SP.

Determinação, pela justiça do trabalho, de penhora no rosto dos autos em processo que tramita perante o juízo cível, de numerário de que supostamente é credora a reclamada. Indeferimento, pelo juízo cível, da penhora, com fundamento em que se trata de verbas de sucumbência. Obs.: os dois juízos são localizados na cidade de Santo André, SP.

Considerando a situação acima, assinale a opção correta.

- A O conflito de competência é cabível, pois os dois juízos, no que se refere à penhora, são competentes para disciplinar os atos que são praticados nos processos sob sua jurisdição.
- B Deve prevalecer a penhora determinada pelo juízo trabalhista em face da preferência dos créditos trabalhistas.
- C A decisão do juízo cível que indeferiu a penhora não tem como ser impugnada pela parte interessada mediante os recursos dispostos para tanto na legislação processual civil.
- D O conflito não pode ser conhecido, pois não compete ao STJ julgar conflito entre juiz de direito e juiz do trabalho da mesma localidade.
- E Há impossibilidade de solução da controvérsia por meio do conflito de competência, já que cada um dos juízos é competente para disciplinar os atos que são praticados nos processos sob sua jurisdição.

QUESTÃO 59

Quanto ao processo de execução trabalhista, assinale a opção correta.

- A** Na execução trabalhista, a adjudicação precede a arrematação.
- B** A arrematação é a entrega dos bens penhorados diretamente ao exequente.
- C** O bem hipotecado e o bem alienado fiduciariamente não podem ser penhorados.
- D** Não se admite mais de uma penhora sobre o mesmo bem.
- E** O TST tem admitido a penhora sobre renda mensal ou faturamento da empresa.

QUESTÃO 60

Considerando o direito processual do trabalho, assinale a opção correta.

- A** Compete ao STJ dirimir conflitos de competência entre juízes trabalhistas vinculados a tribunais regionais do trabalho diversos.
- B** Na lide trabalhista, compete ao TRT dirimir conflito de competência verificado, na respectiva região, entre juiz estadual e juiz do trabalho.
- C** A incompetência absoluta de juiz do trabalho para apreciar matéria referente a crime por exemplo, de falso testemunho, a ser julgado perante juiz de direito, na justiça estadual, pode ser declarada pelo respectivo tribunal de justiça .
- D** Segundo a jurisprudência do STJ e do STF, a nova regra de competência contida da Emenda Constitucional 45/2004, que alterou o art. 114, da CF, alcança processos em curso, independentemente da existência, ou não, de sentença de mérito.
- E** O Código Tributário Nacional coloca o crédito fiscal em situação mais privilegiada que os créditos trabalhistas.

DIREITO CIVIL**QUESTÃO 61**

A pedido do Ministério Público, José, juiz de direito, em ação que lhe competia intervir, decidiu estender aos bens de uma pessoa jurídica os efeitos patrimoniais de obrigação assumida por pessoa física que figura como sua sócia majoritária. José entendeu que, em decorrência da confusão patrimonial entre as referidas pessoas jurídica e física, houve lesão ao credor.

Considerando a situação hipotética acima, assinale a opção correta.

- A** A decisão de José implica desconsideração da personalidade jurídica, mas, não poderia ter sido tomada, nessa situação, pois depende exclusivamente de pedido das partes, e não, do Ministério Público.
- B** O CC prevê, de forma expressa, a possibilidade de o juiz determinar a desconsideração da personalidade jurídica. No entanto, a decisão tomada no caso em tela não encontra amparo na doutrina ou na jurisprudência, pois foi atingido o patrimônio da pessoa jurídica, quando deveria ter sido atingido o patrimônio da pessoa física.
- C** A decisão foi correta, eis que aplicou a chamada teoria da desconsideração da personalidade jurídica, que, no Direito brasileiro, possui fonte exclusivamente jurisprudencial, sem que haja previsão legal expressa desta possibilidade no CC.
- D** Nessa situação, José aplicou corretamente o que a doutrina denomina de desconsideração inversa da personalidade jurídica, atingindo-se o patrimônio da pessoa jurídica para garantir a satisfação da obrigação assumida pela pessoa física que compõe o quadro societário da primeira.
- E** A decisão foi incorreta eis que, conforme disciplina a matéria no CC, demandaria prova robusta do propósito de fraudar a lei ou de cometer ato ilícito, requisitos de ordem subjetiva imprescindíveis à aplicação da desconsideração da personalidade jurídica segundo o mencionado diploma.

QUESTÃO 62

Com base no que determina o CC, julgue os itens a seguir, acerca do domicílio das pessoas naturais.

- I Considere que Maurício, mesmo mantendo mais de uma residência, passe dois finais de semana por mês naquela em que vive com sua família. Nessa situação, o único domicílio de Maurício é a casa em que vive com a família.
- II Suponha que Renato, advogado, pretenda ajuizar ação com o objetivo de ver declarada a nulidade de uma cláusula da convenção de condomínio do prédio em que mora. Nessa situação, Renato pode declarar como domicílio o seu domicílio profissional, pois é advogado e atuará em causa própria.
- III A mudança de domicílio é determinada pela transferência de residência com a intenção manifesta de mudar-se, o que se pode demonstrar tanto pelas circunstâncias da própria alteração de endereço como por declarações feitas à municipalidade dos lugares.
- IV A pessoa natural que possui mais de um domicílio profissional pode ser demandada em qualquer um desses locais, independentemente de haver correspondência entre a relação profissional e os diversos lugares onde se exerce a profissão.
- V A pessoa natural que não possuir residência habitual, pode ser demandada no domicílio de seus pais, se lá for encontrada.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II.
- B** I e IV.
- C** II e IV.
- D** II e V.
- E** III e V.

QUESTÃO 63

Antes mesmo de celebrar e inscrever contrato que dispusesse acerca de sua sociedade, José, Bruno e Olavo resolveram unir seus esforços, incluindo disposição de bens e serviços, para exercerem juntos uma atividade econômica definida como objeto social e dividir entre si os lucros daí resultantes.

Assinale a opção correta, tendo como referência essa situação hipotética.

- A** Enquanto perdurar a ausência de inscrição de seus atos constitutivos, todos os sócios respondem de forma solidária e ilimitada pelas obrigações sociais, não podendo suscitar o chamado benefício de ordem em relação aos bens sociais.
- B** A sociedade descrita só poderá ser considerada empresária após a inscrição de seu ato constitutivo no registro público de empresas mercantis.
- C** Terceiros que venham a demandar contra interesses da referida sociedade podem provar a sua existência por qualquer meio admitido em direito, indiferentemente da existência ou inexistência de atos constitutivos não inscritos.
- D** Por ato de gestão praticado por José, sem o conhecimento dos demais sócios, sempre responderão os bens sociais, até que o contrato social seja regularmente inscrito.
- E** Se, no acerto realizado entre os sócios, José for designado como o administrador da sociedade, cabendo aos demais atuar sob sua direção, estará configurada sociedade em conta de participação.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

QUESTÃO 64

De acordo com o CPC, intervindo como fiscal da lei, o Ministério Público

- A terá vista dos autos antes das partes sempre que algum documento relevante for juntado.
- B poderá determinar a realização de diligências imprescindíveis à correta apuração dos fatos.
- C terá vista dos autos depois das partes, sendo intimado de todos os atos do processo.
- D não poderá juntar documentos e certidões, já que não é parte.
- E somente poderá se manifestar nos autos após a manifestação das partes nas alegações finais.

QUESTÃO 65

Após se envolver em acidente automobilístico, Márcio, pretendendo reparação de danos decorrentes desse acidente, ajuizou ação sob o rito ordinário contra Antônio, que foi citado e devidamente alertado do prazo legal para apresentar defesa, o que não fez. Márcio, então, por meio de acordo posteriormente juntado aos autos, concedeu prazo suplementar de dez dias para que Antônio apresentasse sua defesa.

A partir dessa situação hipotética, e considerando a disciplina legal dos prazos no CPC, assinale a opção correta.

- A Sendo o prazo para apresentação da defesa tipicamente dilatatório, podem as partes dispor de forma livre acerca de sua prorrogação.
- B A validade da prorrogação do prazo para apresentação da defesa ajustada entre Márcio e Antônio dependerá de o juiz já haver declarado a extinção do direito de praticar o ato.
- C É defeso às partes, ainda que mediante acordo, prorrogar prazos peremptórios, como o determinado para apresentação da defesa.
- D Tratando-se de prazo peremptório, é sempre vedada a possibilidade de prorrogação, até mesmo para o juiz.
- E Como a causa discutida entre Márcio e Antônio não envolve interesse público, podem os dois, de comum acordo, prorrogar ou reduzir qualquer um dos prazos estabelecidos no processo, independentemente de serem dilatatórios ou peremptórios.

QUESTÃO 66

Determinado oficial de justiça deixou de realizar intimação pessoal de uma das partes, determinada pelo juiz, tendo lavrado certidão, no verso do mandado, apontando não haver duas testemunhas no local de cumprimento da ordem, o que inviabilizou o cumprimento da referida intimação.

Considerando essa situação e as regras relativas às atribuições do oficial de justiça e à realização de intimações, constantes no CPC, assinale a opção correta.

- A As intimações das partes de um processo devem sempre ser realizadas por meio de publicação na imprensa oficial, de modo que não é relevante o fato de o oficial de justiça ter deixado de cumprir a diligência devido à falta de testemunhas.
- B A presença de duas testemunhas não é requisito para a realização do referido ato, tendo sido, por isso, equivocada a atitude do oficial de justiça.
- C O referido oficial de justiça não poderia ter certificado no próprio mandado o ocorrido, já que deve se dirigir ao juiz condutor do feito por meio de petição devidamente fundamentada.
- D A presença de duas testemunhas no local de realização da diligência só é essencial nas citações, que é um ato de maior importância para o processo.
- E A intimação das partes ou de seus advogados em cartório só pode ser feita por oficial de justiça, já que tal ato lhe é privativo.

QUESTÃO 67

Com base na disciplina legal das citações, julgue os itens a seguir.

- I O comparecimento espontâneo do réu aos autos para argüir a nulidade de citação supre a sua falta. Nesse caso, considera-se feita a citação na data do comparecimento.
- II A ausência do réu não determina sua citação por edital quando a ação se originar de ato praticado por mandatário, administrador ou gerente do ausente.
- III O oficial de justiça, ao verificar estado de demência do réu ou outra situação capaz de inviabilizar o recebimento da citação, certificará o ocorrido de forma circunstanciada no mandado e citará qualquer um daqueles apontados como curadores pela lei civil.
- IV A regra geral de que a citação se efetuará em qualquer lugar onde o réu for encontrado resguarda interesse público e, por isto, não comporta limitação legal.
- V Entre os efeitos arrolados pelo CPC para a citação válida, incluem-se os seguintes: tornar prevento o juízo, induzir a litispendência e fazer litigiosa a coisa.

A quantidade de itens certos é igual a

- A 1.
- B 2.
- C 3.
- D 4.
- E 5.

QUESTÃO 68

Julgue os itens que se seguem acerca da disciplina legal da sentença.

- I Sentença que não contiver dispositivo será considerada válida se for possível deduzir da fundamentação, sem sombra de dúvida, qual a solução jurídica aplicável às questões submetidas a julgamento.
- II São elementos do relatório da sentença o nome das partes e a suma do pedido e da resposta do réu, assim como o registro das principais ocorrências havidas no feito.
- III Considere que um juiz de direito tenha decidido, fundamentadamente, antecipar a tutela jurisdicional que foi pedida em uma ação. Nessa situação, agiu acertadamente o juiz ao garantir o cumprimento da obrigação determinada, fixando, de ofício, multa por dia de atraso no atendimento da ordem.
- IV No caso de sentença que condene alguém a emitir declaração de vontade, como o Estado-juiz não pode fazer as vezes de seus jurisdicionados, o descumprimento do comando judicial converterá a obrigação em perdas e danos.
- V Considere a situação de um indivíduo que teve seu pedido acolhido em ação que visava à condenação da Empresa de Transporte Coletivo X ao pagamento de determinada importância em dinheiro. Nesse caso, é correto a ação do juiz condutor do feito ao determinar, na própria sentença condenatória, que caberia a esse indivíduo a opção entre a execução provisória e a hipoteca judiciária, eis que as medidas são incompatíveis entre si.

Estão certos apenas os itens

- A I e III.
- B I e IV.
- C II e III.
- D II e V.
- E IV e V.

QUESTÃO 69

Assinale a opção correspondente a uma consequência do denominado princípio da instrumentalidade das formas.

- A Aquele que praticou ato ao qual a lei prescrevia determinada forma, sob pena de invalidade, não pode requerer a declaração de sua nulidade.
- B O juiz repetirá todos os atos do processo que sejam anteriores àquele declarado nulo.
- C As citações e intimações serão nulas quando desobedecerem às prescrições legais.
- D O direito de requerer a decretação da nulidade, que não deva ser decretada de ofício pelo juiz, será atingido pela preclusão, se não exercido na primeira oportunidade que a parte tiver para falar nos autos.
- E É válido o ato que alcançou sua finalidade independentemente da forma prescrita, quando a lei não determinava que a desobediência desta forma geraria nulidade.

QUESTÃO 70

Francisco, juiz de direito, presenciou determinado fato que ocorreu na ante-sala de seu dentista. Pouco tempo depois, no exercício da sua profissão, recebeu ação em que aquele fato constava como importante para a solução da questão posta. Acontece que, no prazo legal que antecede à audiência de instrução e julgamento, uma das partes o arrolou como testemunha.

A partir dessa situação hipotética, assinale a opção correta de acordo com normas processuais que regulam os casos de impedimento e suspeição.

- A Nessa situação, Francisco estaria impedido de atuar no feito.
- B Por ter presenciado fato relevante, é evidente o interesse de Francisco na solução da questão, tratando-se, assim, de caso de suspeição.
- C Nessa hipótese, não se pode falar em impedimento, porque Francisco foi arrolado como testemunha somente após o recebimento da inicial.
- D O fato de o juiz condutor do feito ser arrolado como testemunha acarreta apenas uma dificuldade técnica, que pode ser superada pela atuação de seu substituto legal durante a audiência de instrução e julgamento.
- E O impedimento, nessa situação, dependerá do tipo de processo, já que está condicionado à hipótese de o processo ser de jurisdição contenciosa.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, que vale **dez** pontos, faça o que se pede, usando o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **trinta** linhas será desconsiderado.
- Na **folha de texto definitivo**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

Um *software* que vem sendo construído há dois anos por estudantes de pós-graduação da Universidade de São Paulo vai permitir a identificação, em cada bairro, das oportunidades de aprendizagem. É uma espécie de GPS educativo. Seu objetivo é localizar os cursos profissionalizantes existentes, passando pela lista de filmes, peças teatrais, concertos, palestras, exposições, até oficinas de *origami*, aulas para a formação de DJs e clínicas de saúde física e mental. Isso significa, por exemplo, que um pai vai poder encontrar, na rede pública, alguém para tratar seu filho com hiperatividade ou distúrbio de atenção, e um professor vai poder encaminhar um aluno a centros especializados em tratamento para dependentes de drogas.

Gilberto Dimenstein. *A indústria de talentos*. In: *Folha de S.Paulo*, 25/5/2008, p. C7 (com adaptações).

A partir do texto acima, e considerando que ele é meramente motivador, redija texto dissertativo a respeito do seguinte tema.

INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS A SERVIÇO DA CIDADANIA

Ao redigir seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ o mundo contemporâneo na era da informação e do conhecimento;
- ▶ ciência e tecnologia como instrumentos de afirmação da cidadania;
- ▶ as tecnologias da informação e suas múltiplas formas de utilização.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	







S.P.Q.R.

PREPARO JURÍDICO

CURSOS PARA CONCURSOS